



Eleições em Angola

Ataques ao Média, Direitos de Expressão e Reunião

Copyright © 2012 Human Rights Watch

All rights reserved.

Printed in the United States of America

ISBN: 1-56432-925-9

Cover design by Rafael Jimenez

Human Rights Watch is dedicated to protecting the human rights of people around the world. We stand with victims and activists to prevent discrimination, to uphold political freedom, to protect people from inhumane conduct in wartime, and to bring offenders to justice. We investigate and expose human rights violations and hold abusers accountable. We challenge governments and those who hold power to end abusive practices and respect international human rights law. We enlist the public and the international community to support the cause of human rights for all.

Human Rights Watch is an international organization with staff in more than 40 countries, and offices in Amsterdam, Beirut, Berlin, Brussels, Chicago, Geneva, Goma, Johannesburg, London, Los Angeles, Moscow, Nairobi, New York, Paris, San Francisco, Tokyo, Toronto, Tunis, Washington DC, and Zurich.

For more information, please visit our website: <http://www.hrw.org>

Eleições em Angola

Ataques ao Média, Direitos de Expressão e Reunião

Introdução	1
Recomendações	2
Ao governo de Angola:	2
A respeito de atos de violência política e intimidação	2
A respeito da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa	2
À Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDA):	3
À comunidade diplomática de Angola:	3
Contextualização	4
Abusos recentes cometidos contra manifestantes pacíficos e ativistas	7
Assédio, ameaças e intimidação de jornalistas	10
Processos penais pendentes contra jornalistas.....	11
Resposta do governo de Angola	12

Introdução

A 31 de agosto de 2012, Angola irá realizar as segundas eleições legislativas desde o final, em 2002, de décadas de guerra civil. Com o início oficial da campanha eleitoral em Agosto, um mês antes das eleições, o ambiente dos direitos humanos não é favorável a eleições livres, justas e pacíficas. Este relatório destaca as principais preocupações antes das eleições ao nível de direitos humanos e faz recomendações ao governo de Angola, à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e à comunidade diplomática em Angola.

Recomendações

Ao governo de Angola:

A respeito de atos de violência política e intimidação

- Respeitar integralmente o direito à reunião pacífica, em consonância com a legislação angolana e com o direito internacional em matéria de direitos humanos, em particular os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei;
- Garantir que todas as alegações de uso ilegal de força, intimidação, rapto e desaparecimento forçado são investigadas rápida e imparcialmente, e que os responsáveis são devidamente disciplinados e levados a tribunal, independentemente da patente ou título;
- Garantir a todos os detidos o pleno exercício do direito a um processo justo, incluindo a não sujeição a tortura e maus tratos, acesso imediato a um advogado e familiares, uma rápida apresentação perante um juiz e um julgamento que respeite as normas internacionais em matéria de julgamentos justos;
- Garantir que todos os membros das forças de segurança, incluindo agentes da polícia e dos serviços secretos nacionais, agem sempre de forma profissional, imparcial e sem partidarismo;
- Investigar imediatamente o desaparecimento possivelmente forçado dos organizadores de protestos Isaiás Cassule e António Alves Kamulingue, e informar as respetivas famílias e o público sobre os resultados da investigação.

A respeito da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa

- Agir de imediato para prevenir mais casos de intimidação e assédio de jornalistas e ativistas, garantir que incidentes deste género são rapidamente investigados e que os autores são responsabilizados;
- Assegurar o igual acesso de todos os partidos políticos aos meios de comunicação estatais para além do tempo de antena específico, atribuído por lei a cada um deles, durante o período oficial de campanha eleitoral;
- Garantir que os meios de comunicação social detidos pelo Estado não transmitem mensagens que instiguem violência política e promovam restrições ao direito de reunião pacífica e à liberdade de expressão;

- Pôr termo à prática de manter pessoas na prisão ou noutros locais sob coação, com o intuito de prestarem falsas declarações aos meios de comunicação social detidos pelo estado;
- Retirar as acusações motivadas por razões políticas contra jornalistas e outros indivíduos por crimes contra a segurança do estado, ao abrigo do artigo 25.º da lei de segurança nacional de 2010, e rever a lei para que passe a estar em conformidade com os padrões internacionais no que diz respeito ao direito à liberdade de expressão e à reunião pacífica.

À Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDA):

- Instar o governo de Angola a respeitar integralmente a liberdade de imprensa e o direito à liberdade de expressão e de reunião pacífica, ao abrigo das diretrizes da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral para eleições livres e justas;

À comunidade diplomática de Angola:

- Instar o governo de Angola a respeitar integralmente a liberdade de imprensa e o direito à liberdade de expressão e de reunião pacífica, necessários para que haja eleições livres, justas e credíveis;
- Instar o governo de Angola a libertar de imediato os manifestantes pacíficos que foram arbitrariamente detidos, investigar rapidamente os atos de violência e intimidação motivados por razões políticas cometidos contra manifestantes, e disciplinar ou levar a tribunal os responsáveis pelas violações de direitos, independentemente da patente ou título.

Contextualização

Ao longo dos últimos anos e até julho de 2012, jornalistas, ativistas da sociedade civil e outros indivíduos que procuraram expressar as suas opiniões ou criticar as autoridades governamentais, têm sido assediados, ameaçados e atacados fisicamente. Agentes da polícia e agentes de segurança à paisana dispersaram manifestações contra o governo à força, agredindo e detendo manifestantes pacíficos, organizadores e políticos da oposição, e intimidando e impedindo o trabalho de jornalistas.

O Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), o partido que está no poder desde a independência em 1975, conseguiu uma esmagadora vitória nas últimas eleições, realizadas em setembro de 2008. Foi a primeira vez que, desde 1992, os angolanos tiveram a oportunidade de exercer o direito a eleger os seus representantes. O sufrágio de 2008 não cumpriu as normas regionais e internacionais para eleições livres e justas.¹ As eleições presidenciais não se realizaram em 2009, ao contrário do planeado, e foram completamente eliminadas ao abrigo da constituição de 2010, que determina que o líder do partido que alcança a maioria parlamentar torna-se presidente. O Presidente José Eduardo dos Santos, um dos líderes em exercício há mais tempo no mundo, está no poder há 33 anos.

A um mês das eleições de 2012, as principais preocupações suscitadas durante as eleições de 2008 continuam as mesmas. Estas incluem a falta de imparcialidade da Comissão Nacional Eleitoral, a influência do partido no poder e restrições impostas aos meios de comunicação social de um modo mais geral, violência e intimidação política dos partidos da oposição que limitou a sua capacidade de fazer campanha nos meses que antecederam as eleições, em particular nas áreas rurais do interior de Angola, e um clima de repressão no enclave de Cabinda, rico em petróleo, onde o conflito separatista continua por resolver.²

¹ Human Rights Watch, Democracia ou Monopólio: O Regresso Relutante de Angola às Eleições, Fevereiro de 2009, <http://www.hrw.org/reports/2009/02/23/democracy-or-monopoly-o>; ver também, Missão de Observação Eleitoral da União Europeia para Angola, “Relatório Final, Eleições Parlamentares, 5 de setembro de 2008”, 25 de setembro de 2008, em http://eeas.europa.eu/human_rights/election_observation/angola/final_report_pt.pdf.

² Human Rights Watch, Democracia ou Monopólio: O Regresso Relutante de Angola às Eleições, Fevereiro de 2009, <http://www.hrw.org/reports/2009/02/23/democracy-or-monopoly-o>.

Entre 2008 e a atualidade, o partido no poder tem vindo a consolidar o controlo que detém sobre o espaço político do país. Apesar de a constituição de 2010 garantir o direito à liberdade de expressão, à reunião pacífica e à liberdade de imprensa, o governo tem vindo a restringir cada vez mais estes direitos através de uma combinação de legislação restritiva, atrasos na aprovação de legislação que permitiria às estações de rádio privadas e comunitárias operar no interior de Angola, censura e autocensura nos meios de comunicação social estatais e privados, a maioria dos quais é controlada pelo partido no poder, perseguições motivadas por razões políticas, intimidação de jornalistas independentes e ativistas cívicos, e a repressão de manifestações pacíficas contra o governo.

Apesar destas restrições à liberdade de expressão, a Internet e as redes sociais tornaram-se importantes veículos alternativos para expressar opiniões dissidentes. Desde o início de 2011, um movimento juvenil apertidário, inspirado pela Primavera Árabe e organizado através das redes sociais, tem vindo a organizar uma série de protestos contra a corrupção desenfreada, a pobreza generalizada, a falta de acesso a serviços sociais e as crescentes restrições à liberdade de expressão sob o governo do Presidente José Eduardo dos Santos.

Desde junho de 2012, ganhou ímpeto um novo conjunto de protestos apertidários, desta vez protagonizados por ex-soldados oriundos dos vários antigos movimentos armados da guerra civil que assolou Angola durante décadas. Milhares de veteranos de guerra participaram em manifestações para expressar a sua indignação em relação ao não pagamento de pensões e outros benefícios.

O governo respondeu a estes protestos – apesar da sua escala relativamente pequena – com uso excessivo de força, detenções arbitrárias, julgamentos injustos e obstrução e intimidação de jornalistas e outros observadores. As forças de segurança têm vindo cada vez mais a empregar força desnecessária contra manifestantes e organizadores.

Os principais responsáveis por atos de violência durante os protestos têm sido grupos de indivíduos armados, que agem com completa impunidade, e aparentam ser agentes de segurança vestidos à civil. Desde março de 2012, as ameaças e ataques armados contra líderes de protestos levados a cabo por estes agentes de segurança à paisana – que são conhecidos em Angola como “caenches” (homens musculados) ou “milícias” –

aumentaram e parecem ser sistemáticos. Incluem ataques contra manifestantes levados a cabo nas suas próprias casas, raptos e desaparecimentos possivelmente forçados.³

Antes das eleições de 2008, os incidentes de violência política eram mais comuns em áreas rurais das províncias no interior de Angola mais afetadas pela guerra civil, e visavam apoiantes da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), o principal partido da oposição e ex-rebeldes armados. A Human Rights Watch documentou uma série de incidentes desse género durante a corrida para as eleições de 2008.⁴ Incidentes recentes no interior do Huambo e Benguela demonstram que o padrão de violência e intimidação política permanece inalterado na corrida para as eleições de 2012.⁵ No entanto, desde 2011, tem-se vindo a verificar um número crescente deste tipo de incidentes motivados por razões políticas em áreas urbanas, em particular nas áreas periféricas densamente povoadas da capital, Luanda, onde vive um terço dos votantes angolanos, visando expressões apartidárias de dissidência em protestos públicos.

No enclave angolano de Cabinda, rico em petróleo, onde um movimento armado separatista continua ativo, apesar do acordo de paz de 2006, o clima de repressão continua a suscitar especial preocupação. Em 2010, houve uma onda de detenções arbitrárias e condenações de ativistas da sociedade civil, no seguimento do ataque armado contra futebolistas togoleses em Cabinda durante o Campeonato Africano das Nações, que se realizou em Angola nesse ano.⁶ Todos os detidos foram libertados em dezembro de 2010, após a revisão da Lei dos Crimes Contra a Segurança do Estado, ao abrigo da qual tinham sido condenados.

No entanto, em junho de 2012, o diário Jornal de Angola, detido pelo estado, publicou uma série de artigos em que antigos combatentes da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) acusavam vários membros conhecidos da sociedade civil de oferecer

³ “Angola: Repressão Violenta dos Críticos,” comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 2 de abril de 2012, <http://www.hrw.org/node/106251>.

⁴ Human Rights Watch, Democracia ou Monopólio? O Regresso Relutante de Angola às Eleições, Fevereiro de 2009, <http://www.hrw.org/reports/2009/02/23/democracy-or-monopoly-o>.

⁵ Dois jornalistas de investigação angolanos documentaram três graves incidentes em julho de 2012 no blogue anticorrupção Maka Angola. Rafael Marques e António Capalandanda, “Mortes em confrontos entre militantes da UNITA e do MPLA”, 21 de julho, em <http://makaangola.org/2012/07/mortes-em-confrontos-entre-militantes-da-unita-e-do-mpla/>.

⁶ “Angola: Anular Sentenças dos Activistas em Cabinda”, comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 5 de agosto de 2010, <http://www.hrw.org/news/2010/08/05/angola-anular-senten-dos-activistas-em-cabinda>.

apoio financeiro às guerrilhas separatistas.⁷ Autoridades locais em Cabinda confirmaram à Human Rights Watch que têm provas de que todos os indivíduos condenados, bem como outros ex-membros da associação cívica de Cabinda, Mpalabanda, estavam efetivamente a colaborar com grupos de separatistas armados.⁸ Estas asserções suscitam a preocupação de que as autoridades podem estar a planear uma nova onda de detenções em Cabinda, que visará ativistas da sociedade civil vistos como críticos proeminentes do governo, antes ou após as eleições de 31 de agosto. As autoridades baniram a organização Mpalabanda em 2006 e o Supremo Tribunal nunca chegou a decidir sobre o recurso interposto pelo grupo contra a proibição.

Abusos recentes cometidos contra manifestantes pacíficos e ativistas

Desde 2009, a Human Rights Watch tem vindo a documentar a obstrução regular pelas forças de segurança angolanas de manifestações organizadas por diferentes entidades, em protesto contra uma série de injustiças, incluindo demolições e despejos forçados em Luanda, detenções arbitrárias em Cabinda, corrupção, exigência de pensões e outras questões. Muitos destes protestos foram anunciados com antecedência, tal como exige a legislação angolana, e eram pacíficos. Os incidentes seguintes são expressivos, mas não constituem uma lista exaustiva, dos numerosos ataques levados a cabo contra manifestações pacíficas, documentados pela Human Rights Watch.

- **A 14 de julho de 2012**, a polícia deteve durante pouco tempo 11 jovens ativistas e dois jornalistas angolanos – Coque Mukuta, correspondente do serviço em língua portuguesa da Voz da América, e Isaac Manuel, jornalista da estação de televisão do estado português, Rádio e Televisão de Portugal (RTP) – num protesto juvenil pacífico contra o Presidente José Eduardo dos Santos, no mercado de São Paulo, em Luanda. Os organizadores do protesto notificaram as autoridades com a devida antecedência. A polícia não agiu contra os participantes de uma manifestação a favor do presidente, que teve lugar ao mesmo tempo. Em declarações publicadas na Internet, dois ativistas disseram que alguns dos detidos foram maltratados por agentes da polícia e foram interrogados sobre as suas alegadas ligações aos

⁷ A título de exemplo: “Antigo ministro da FLEC acusa colegas de corrupção”, Jornal de Angola, 4 de junho de 2012, em http://jornaldeangola.sapo.ao/27/o/antigo_ministro_da_flec_acusa_colegas_de_corrupcao

⁸ Entrevista da Human Rights Watch ao comandante provincial da polícia, Eusébio Domingos de Almeida e Costa, e ao diretor provincial da polícia de investigação criminal, António Oliveira da Silva, Cabinda, 20 de junho de 2012.

partidos da oposição.⁹ Apesar da pressão exercida sobre os detidos na prisão, recusaram-se a declarar que os protestos tinham sido organizados pela oposição na estação de televisão detida pelo estado, a TPA, ou na TV Zimbo, uma estação de televisão privada, detida por altos funcionários próximos da presidência.¹⁰

- **A 20 de junho**, foram detidos pelo menos 50 veteranos de guerra durante uma manifestação espontânea que atravessou o centro da cidade de Luanda, para reivindicar pensões e benefícios sociais há muito devidos. Apesar de alguns deles terem sido aparentemente libertados, pelo menos 28 continuam detidos em regime de pré-julgamento aquando da redação deste relatório. No seguimento de um protesto anterior protagonizado por veteranos de guerra a 7 de junho, as autoridades tinham prometido dar rapidamente resposta às suas exigências, mas não o fizeram.¹¹
- **Em 27 e 29 de maio**, Isaías Cassule e António Alves Kamulingue, organizadores de um protesto de ex-guardas presidenciais a que se juntaram veteranos de guerra, desapareceram após uma manifestação organizada em Luanda a 27 de maio. Convocaram a manifestação para protestar contra o não pagamento de salários em atraso aos guardas presidenciais e de pensões aos veteranos de guerra. Uma testemunha contou à Human Rights Watch que Isaías Cassule foi raptado por homens desconhecidos a 29 de maio. Familiares contaram à Human Rights Watch que não sabem deles desde então e que a polícia se recusou a investigar o seu paradeiro, bem como o que lhes aconteceu.¹²
- **A 10 de março**, cerca de doze agentes de segurança vestidos à civil, munidos de porretes de madeira e metal, facas e pistolas, atacaram um grupo de 40 manifestantes e uma série de observadores no bairro de Cazenga, em Luanda, tendo ferido com gravidade três organizadores do protesto. No mesmo dia, agentes de segurança à paisana atacaram dois políticos do partido da oposição Bloco Democrático, no centro da cidade de Luanda, ao passo que, em Benguela, a

⁹ Entrevista de Alexandre Neto Solombe a Rosa Mendes, www.youtube.com/watch?v=lb_exo-QtFE&feature=related, e a Pedro Malembre, em www.youtube.com/watch?v=1bXPgB_Otv8&feature=relmfu, Luanda, 15 de julho de 2012.

¹⁰ Ibid.

¹¹ “Angola: Manifestantes Detidos, Desaparecidos”, comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 5 de julho de 2012, <http://www.hrw.org/node/108619>.

¹² Ibid.

polícia dispersou um grupo de cerca de 60 manifestantes pacíficos e deteve um organizador do protesto, um defensor de direitos humanos e um espectador. Um tribunal condenou-os aos três a 17 de março e sentenciou cada um deles a 45 dias de prisão por desobediência e agressão a agentes da polícia.¹³

- **A 4 de fevereiro**, a polícia reprimiu uma manifestação do sindicato de profissionais de saúde em Cabinda e deteve 21 grevistas durante pouco tempo. No dia anterior, a polícia dispersou um grupo de cerca de 50 jovens e familiares de oito manifestantes que haviam sido detidos durante um protesto pacífico protagonizado por habitantes do bairro Cacucaco, em Lunada, a 27 de janeiro, e detiveram outros 10 manifestantes. Apesar desses dez manifestantes terem sido libertados no mesmo dia, os oito manifestantes detidos a 4 de fevereiro foram sentenciados a 90 dias de prisão, mas, posteriormente, foram libertados mediante o pagamento de uma caução de 400 dólares.¹⁴
- **A 3 de dezembro de 2011**, agentes da polícia e agentes de segurança vestidos à paisana dispersaram à força uma manifestação pacífica de cerca de 100 jovens no bairro de Cazenga e no centro da cidade de Luanda, e feriram pelo menos 14 manifestantes, um dos quais com gravidade.¹⁵
- **A 3 de setembro de 2011**, agentes da polícia e agentes de segurança vestidos à civil dispersaram à força um grupo de várias centenas de jovens manifestantes na Praça da Independência de Luanda. A polícia deteve mais de 40 manifestantes, 18 dos quais foram posteriormente condenados e sentenciados a entre 45 e 90 dias na prisão, por agressão contra agentes da polícia. A polícia também deteve vários manifestantes e espectadores em frente ao tribunal de polícia durante as audiências, mas as acusações contra os detidos foram posteriormente retiradas.¹⁶

¹³ “Angola: Repressão Violenta dos Críticos,” comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 2 de abril de 2012, <http://www.hrw.org/node/106251>.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ “Angola: Pôr Fim à Violência Contra Manifestações Pacíficas”, comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 7 de dezembro de 2011, <http://www.hrw.org/node/103466>.

¹⁶ “Angola: Pôr Fim à Repressão de Protestos Antigovernamentais”, comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 5 de setembro de 2011, <http://www.hrw.org/node/101467>; “Angola: Libertar Manifestantes Condenados Injustamente”, comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 14 de setembro de 2011, <http://www.hrw.org/node/101668>.

Desde a manifestação do movimento juvenil de **7 de março de 2011**¹⁷, que urgia o Presidente José Eduardo dos Santos a renunciar ao cargo, as ameaças e ataques não têm ocorrido apenas durante os protestos. Organizadores de protestos juvenis têm recebido ameaças de morte por meio de chamadas telefônicas e mensagens de texto, e têm sido alvo de raptos e agressões nas suas próprias casas e noutros locais, levados a cabo por agressores desconhecidos.

Assédio, ameaças e intimidação de jornalistas

Ao longo do último ano, jornalistas têm sido detidos com regularidade e interrogados pelas autoridades, enquanto tentam fazer a cobertura de protestos em Luanda e noutros locais.

Apesar de não haver relatos de mortes suspeitas de jornalistas desde 2010, jornalistas independentes e ativistas da sociedade civil alegam receber frequentemente ameaças contra a sua integridade física, entregues diretamente – através de telefonemas anónimos ou mensagens de texto – ou indiretamente – através de avisos, explícitos ou velados, a familiares, ou de assaltos às suas residências. Também dizem que períodos de mais ameaças abertas são alternados com ofertas de funcionários do governo para “cooperar”. No entanto, a maioria dos jornalistas não fala sobre estas ofertas publicamente devido ao medo de represálias ou de perderem o emprego.

Num incidente recente, a 10 de junho de 2012, indivíduos desconhecidos entraram na residência de José Manuel Gimbi, advogado de direitos humanos e correspondente da Voz da América no enclave de Cabinda, quando não se encontrava em casa. Os agressores revistaram a casa e roubaram computadores portáteis, discos externos e documentos relacionados com o seu trabalho. Gimbi é repetidamente visado devido ao seu trabalho há já vários anos. A 28 de outubro de 2011, indivíduos armados desconhecidos, munidos de walkie-talkies, ameaçaram os filhos de Gimbi em sua casa na sua ausência, e foram ouvidos a ameaçá-lo com danos indeterminados. As investigações da polícia a ambos os incidentes permanecem inconclusivas, e oficiais da polícia local disseram recentemente à Human Rights Watch que duvidavam da ocorrência destes incidentes.¹⁸

¹⁷ “Angola: Campanha de Intimidação Para Parar Protesto”, comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 9 de março de 2011, em <http://www.hrw.org/news/2011/03/09/angola-campanha-de-intimida-o-para-parar-protesto>.

¹⁸ Entrevista da Human Rights Watch ao diretor provincial da polícia de investigação criminal, Cabinda, 20 de junho de 2012.

Em várias ocasiões entre 27 e 30 de abril de 2012, indivíduos desconhecidos tentaram atacar a residência de Coque Mukuta no bairro de Cazenga, em Luanda. Mukuta, que trabalha atualmente para a Voz da América, tem noticiado amplamente os protestos contra o governo em Luanda para a estação de rádio privada de Luanda, Rádio Despertar, uma estação próxima do partido da oposição, UNITA, e coautor de um livro sobre o assunto, publicado em março de 2012 no Brasil. Anteriormente, a 20 de março, Mukuta recebeu em casa ameaças manuscritas dirigidas à sua pessoa. As ameaças encontravam-se num panfleto assinado por um alegado grupo juvenil pela defesa da paz no bairro de Cazenga, em Luanda.¹⁹ Mukuta disse que a polícia destacou alguns agentes para o proteger, mas, até à data, a investigação da polícia permanece inconclusiva. A 14 de junho, a polícia deteve Mukuta durante um curto período de tempo e confiscou o seu material de trabalho enquanto fazia a cobertura de uma manifestação em Luanda, e agentes da polícia e de segurança à paisana interrogaram-no sobre o seu trabalho para a Voz da América.

Em setembro e outubro de 2010, dois jornalistas da Rádio Despertar, sediada em Luanda, uma estação de rádio que mantém estreitas relações com o partido da oposição, a UNITA, foram atacados por homens desconhecidos. A 5 de Setembro, o jornalista Alberto Tchakussanga da Rádio Despertar foi assassinado a tiro em sua casa. A 22 de outubro, o satirista da rádio António Manuel “Jojó” foi esfaqueado na rua mas sobreviveu. Ambos apresentavam programas populares de crítica ao governo e já haviam recebido ameaças de morte anónimas. Aquando da redação deste relatório, as investigações da polícia permanecem inconclusivas. Tal como “Jojó”, que entretanto abandonou o seu cargo na Rádio Despertar, contou à Human Rights Watch, a polícia centrou a investigação maioritariamente na sua vida privada, apesar do facto de ter começado a receber ameaças de morte por mensagem de texto uma vez por semana, no dia do seu programa de rádio, três meses antes do ataque.²⁰

Processos penais pendentes contra jornalistas

A Lei da Imprensa de 2006 e o Código Penal preveem sanções criminais para a difamação e delitos semelhantes. Desde 2007, tem havido uma série de processos judiciais por difamação criminal instaurados contra jornalistas por criticarem oficiais do governo. Enquanto a maioria dos casos está pendente há vários anos, apenas alguns foram levados

¹⁹ “Angola: Repressão Violenta dos Críticos,” comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 2 de abril de 2012, <http://http://www.hrw.org/node/106251>.

²⁰ Entrevista da Human Rights Watch a António Manuel “Jojó” em Luanda, em novembro de 2010.

a tribunal, e apenas um jornalista – o correspondente da VOA, Armando Chicoca – foi condenado em 2011 por difamação num julgamento injusto.²¹ Posteriormente, foi libertado sob caução e, desde então, aguarda o resultado do recurso que interpôs. Todavia, ameaças frequentes de processos judiciais por difamação criminal por parte de altos funcionários têm contribuído significativamente para o aumento da autocensura.

A maioria dos processos judiciais atualmente pendentes contra jornalistas visam William Tonet, diretor do semanário privado Folha 8, advogado e atual candidato pela coligação de partidos da oposição, Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE). Os processos foram movidos por uma série de altos funcionários do governo e oficiais do exército. Tonet foi acusado da "publicação de notícias falsas", "abuso da liberdade de imprensa" e difamação. A 10 de outubro de 2011, um tribunal impôs a Tonet a sentença de um ano de pena suspensa pela difamação de quatro altos funcionários do governo. Foi também obrigado a pagar 100 mil dólares de indemnização, uma quantia que se crê ser extraordinariamente elevada. Em julho de 2012, o recurso de Tonet continuava pendente.

A 12 de março, a polícia de investigação criminal fez uma rusga ao escritório do Folha 8 e confiscou o equipamento do jornal, incluindo computadores e discos rígidos de computadores. A polícia apresentou um mandato de busca com base em alegadas acusações, contra o jornal, de “ultraje contra o presidente”, que é crime ao abrigo da Lei dos Crimes contra a Segurança do Estado de 2010. As acusações basearam-se num cartoon fotográfico que circulou pela Internet e foi republicado pelo jornal em dezembro de 2011, no qual o presidente e dois altos funcionários eram retratados como ladrões.

A Human Rights Watch apoia a abolição das leis de difamação criminal, já que as sanções criminais são sempre castigos desproporcionais para danos contra a reputação. As leis de difamação civil e incitamento criminal são suficientes para o propósito de proteger a reputação das pessoas e manter a ordem pública, e podem ser redigidas e implementadas de formas que salvaguardem adequadamente a liberdade de expressão.

Resposta do governo de Angola

²¹ Angola: Libertar Jornalista Preso Por Expor Juiz”, comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 16 de março de 2012, <http://www.hrw.org/news/2011/03/16/angola-libertar-jornalista-presos-por-expor-juiz>.

Desde 2011, as autoridades angolanas têm vindo a negar o uso de força ilícita contra manifestantes pacíficos.²² Justificaram as repressões como sendo necessárias para manter a paz e a reconciliação nacional após décadas de guerra civil.²³ Declaram que grupos juvenis dissidentes são responsáveis pela violência e que a polícia está a investigar as alegações.²⁴

A investigação da Human Rights Watch indica que a suposta investigação policial não resultou em nenhuma ação judicial contra quem foi implicado na violência contra manifestantes. Isto, apesar de as vítimas terem apresentado inúmeras queixas junto da polícia a respeito do uso excessivo de força durante os protestos, de ameaças de morte por via telefónica e mensagens de texto, raptos e rusgas a residências privadas para agredir manifestantes e pilhar documentos. Pelo contrário, vítimas e espectadores independentes de atos de violência cometidos durante manifestações contra o governo contaram à Human Rights Watch que agentes da polícia permaneceram deliberadamente passivos em relação aos agressores e não proporcionaram a devida proteção aos manifestantes pacíficos.

O apoio tácito do governo aos ataques também ficou evidente em março de 2012, quando a televisão do estado transmitiu ameaças anónimas de um alegado grupo de cidadãos que reivindicava responsabilidade pela violência cometida contra os manifestantes antigovernamentais.²⁵ Além disso, desde junho de 2012, agentes de segurança do estado forçaram vários manifestantes detidos a prestar falsas declarações na televisão do estado que incriminavam os partidos da oposição.²⁶

O papel das forças de segurança em ataques contra manifestantes pacíficos, organizadores de protestos e ativistas, cometidos com total impunidade, suscita sérias preocupações em relação ao ambiente para eleições livres, justas e pacíficas em Angola.

²² De acordo com o afirmado pelo comandante geral da Polícia Nacional de Angola, Comissário Ambrósio de Lemos, em "Polícia angolana assegura que não há milícias em Luanda," Deutsche Welle, 25 de maio de 2012.

²³ Ver, por exemplo, a declaração do Ministro das Relações Exteriores, em "Georges Chicoti alerta para risco de "conflito incontrolável", Lusa, 14 de setembro de 2011.

²⁴ De acordo com o afirmado durante uma reunião da Human Rights Watch com altos funcionários do Ministério do Interior, em Luanda, 3 de julho de 2012.

²⁵ "Angola: Repressão Violenta dos Críticos," comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 2 de abril de 2012, <http://www.hrw.org/es/news/2012/04/02/angola-reprimen-violentamente-los-cr-ticos>

²⁶ "Angola: Manifestantes Detidos, Desaparecidos", comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 5 de julho de 2012, <http://www.hrw.org/node/108619>.

A Human Rights Watch insta o governo angolano a respeitar integralmente a liberdade de reunião pacífica e a garantir que as suas forças de segurança agem de forma imparcial. O governo deve investigar imediatamente todas as alegações de uso de força ilícita e mover ações judiciais contra os responsáveis pelos abusos. Deve ainda proporcionar proteção contra ataques aos manifestantes e garantir que os direitos de todos os detidos a um processo justo são respeitados. O governo angolano deve também garantir o total respeito da liberdade de imprensa, deve agir para investigar e impedir mais casos de intimidação e assédio de jornalistas, e garantir a imparcialidade dos meios de comunicação detidos pelo estado.